

# “É, na aula de Química eu não vejo alguma possibilidade”: as vozes de docentes e discentes sobre a Educação Sexual no ensino de Química

## “Yeah, in Chemistry class I don't see any possibility”: the voices of teachers and students about Sex Education in Chemistry teaching

Joice Hinkel e Carolina dos S. Fernandes

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo central apresentar as concepções de discentes e docentes acerca da Educação Sexual no Ensino de Química. Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: entrevista coletiva e questionário. Na entrevista participaram 6 docentes de escolas públicas da região Sul do país e no questionário 15 estudantes em preparação para ingresso no Ensino Superior. Após análise dos dados em que se utilizou a metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), emergiram três categorias: Educação Sexual (in)visível nas vozes de docentes e discentes; obstáculos na abordagem da Educação Sexual no Ensino de Química da Educação Básica; e Educação Sexual à luz de diferentes olhares e perspectivas para o Ensino de Química. Destaca-se a presença de questões ligadas às relações de gênero e violências no espaço escolar, sendo esses temas potenciais para o trabalho no Ensino de Química. Essa pesquisa poderá contribuir para ampliar as discussões sobre a temática Educação Sexual e seus diálogos com o Ensino de Química.

**Palavras-chave:** sexualidade, ensino de química, educação sexual.

**ABSTRACT:** The main objective of this research is to present the conceptions of students and teachers about Sexual Education in Chemistry Teaching. Two instruments were used for data collection: collective interview and questionnaire. Six teachers from public schools in the southern region of the country participated in the interview, and 15 students in preparation for admission to higher education in the same region took part in the questionnaire. Discursive Textual Analysis (ATD) methodology was used to analyze the data, from which emerged three categories: Sexual Education (in)visible in the voices of teachers and students; obstacles in the approach to Sex Education in Chemistry Teaching in Basic Education; and Sex Education in the light of different views and perspectives for Chemistry Teaching. The presence of issues related to gender relations and violence in the school space was highlighted in the discussions, and these are potential themes for work in the teaching of Chemistry. This research can contribute to broaden the discussions on the theme Sexual Education and its dialogues with the Chemistry Teaching.

**Keywords:** sexuality, chemistry teaching, sex education

373

Joice Hinkel (joicehinkel@gmail.com), licenciada em Química pela UFSC. Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) e professora do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC – BR. Carolina dos Santos Fernandes (carolferquimic@hotmail.com), licenciada em Química pela Universidade Federal do Rio Grande, mestra e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina. É professora do Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC. Florianópolis, SC – BR. Recebido em 10/08/2021, aceito em 24/11/2021

A seção “Cadernos de Pesquisa” é um espaço dedicado exclusivamente para artigos inéditos (empíricos, de revisão ou teóricos) que apresentem profundidade teórico-metodológica, gerem conhecimentos novos para a área e contribuições para o avanço da pesquisa em Ensino de Química.



Na história da Educação Sexual parece haver predominância de abordagem nas aulas de Ciências com discussões que envolvem aspectos da área das Ciências Biológicas. Apesar de serem discussões pertinentes, elas não contemplam questões que englobam a totalidade das pessoas, como: aspectos emocionais, socioculturais e históricos (Ribeiro e Reis, 2020). De acordo com Furlanetto *et al.* (2018), atualmente as/os professoras/es de Ciências e Biologia são os que mais aparecem no trabalho da Educação Sexual no contexto escolar.

Baseando-se nas ideias presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mais especificamente no tema transversal de Orientação Sexual (Brasil, 1998), ressalta-se a importância de as componentes curriculares abordarem de forma transversal a temática em suas aulas. Nesse tom, acreditamos na pertinência da componente curricular Química.

Há uma lacuna no que diz respeito a materiais didáticos e artigos científicos, por exemplo, que contribuam para reflexões e elaboração de intervenções em aulas de Química. Aprender as concepções de docentes de Química e discentes da Educação Básica contribui para traçar possibilidades de abordar a temática da Educação Sexual no Ensino de Química. Assim, coloca-se como questão de pesquisa: quais as potencialidades e limites para o diálogo entre a Educação Sexual e o Ensino de Química a partir do olhar de docentes e discentes?

O foco do presente trabalho centra-se em discutir as concepções de docentes e discentes de Química da Educação Básica acerca da inserção da Educação Sexual no Ensino de Química.

Para um melhor panorama de como a temática da Educação Sexual vem sendo explorada, lançou-se um olhar para a literatura e documentos oficiais da Educação Básica a fim de também obter indicativos que, articulados com a coleta de dados, possibilitassem pensar de forma mais ampla a Educação Sexual no Ensino de Química.

### Apontamentos gerais sobre a Educação Sexual no Brasil

A constituição da Educação Sexual no Brasil no contexto escolar remete ao início do século XX. Nessa época, os interesses giravam em torno do combate à masturbação, doenças e a constituição da mulher enquanto esposa e mãe (Bueno e Ribeiro, 2018).

Segundo Furlanetto *et al.* (2018), uma das dificuldades em trabalhar com a Educação Sexual possui relação com sua própria constituição histórica. Nesse sentido, as práticas de Educação Sexual no Brasil carregam visões higienistas, alinhadas a crenças religiosas e valorizando relações heterossexuais e a sexualidade como um tabu. Segundo Ribeiro e Reis (2020), o começo das práticas de Educação Sexual estava ligado à resolução de problemas, e não à preocupação com o desenvolvimento integral das pessoas.

Para Bueno e Ribeiro (2018), a Igreja Católica atuou como um freio para a inserção da Educação Sexual nas escolas.

Em 1960, há a implementação de programas voltados para a Educação Sexual no contexto educacional. Porém, desde 1920 havia livros que abordavam a sexualidade por meio das práticas sexuais. Esses livros eram construídos por professoras/es, médicas/os e sacerdotes.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 caracterizaram-se como um período conturbado no Brasil, que modificaram as práticas relacionadas à Educação Sexual. Segundo Figueiró (1996a), a década de 1960 caracterizou-se pelo grande número de trabalhos nas escolas. Conforme Bueno e Ribeiro (2018), próximo ao golpe de Estado de 1964 ainda havia representatividade do movimento estudantil e liberdade de imprensa, momento propício para atuação da Educação Sexual.

No final da década de 1960, houve redução do debate sobre o tema, em decorrência da inibição das liberdades individuais e da manifestação da sexualidade. A repressão ocorreu com fechamento de escolas e denúncias a professoras/es (Bueno e Ribeiro, 2018).

A pesquisadora Werebe (1978) também aborda o final dos anos sessenta como uma época de censura, sendo perceptível através dos programas de televisão e obras literárias. Apesar do clima pouco favorável, a autora destaca que as práticas de Educação Sexual não desapareceram totalmente.

De acordo com Bueno e Ribeiro (2018), após o golpe, a consequência nos estudos de Educação Sexual foi o desaparecimento de experiências realizadas. Em 1978, com afrouxamento da censura, os estudos começam a surgir, como a volta das experiências para as escolas, tendo como exemplo o envolvimento da Prefeitura Municipal de São Paulo (1978-1982).

Nas pesquisas, é possível observar alguns exemplos de abordagens da Educação Sexual no contexto brasileiro. Figueiró (1996b; 2010) encontra como abordagens da Educação Sexual: a abordagem religiosa tradicional e libertadora; a abordagem médica; a abordagem pedagógica, e a abordagem política (emancipatória). Furlani (2011) destaca abordagens contemporâneas para a Educação Sexual: abordagem biológico-higienista, moral-tradicionista, terapêutica, religiosa radical, de direitos humanos, de direitos sexuais, emancipatória e *queer*.

Diante das diversas particularidades de cada abordagem, escolhe-se resumir apenas a ideia de Educação Sexual emancipatória, que se alinha com as ideias das autoras. Dentre as considerações da abordagem emancipatória, a sexualidade das pessoas é compreendida como reprimida histórica e socialmente. A Educação aparece como um mecanismo que pode libertar, se for crítica, participativa, flexível e dialógica. As temáticas podem se relacionar com o resgate do gênero, do erótico e do prazer, além de debater acerca da diversidade presente na sociedade, aspectos informativos e também discutir tabus e preconceitos (Figueiró, 2010; Furlani, 2011).

Furlanetto *et al.* (2018) realizaram uma revisão sistemática da literatura. Para isso, a pesquisa filtrou artigos encontrados em diversas bases de dados (Educ@, *Science Direct*, MEDLINE,

LILACS e SciELO) entre os anos de 2010 e 2016, identificando suas principais características, temas abordados e profissionais responsáveis pelas ações. Percebe-se algumas características interessantes, a título de exemplo, as atividades são desenvolvidas de forma temporária e predominantemente no Ensino Fundamental. Os temas que mais aparecem estão ligados a uma abordagem médico-informativa, trazendo questões sobre gestação e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).<sup>i</sup> Além disso, professoras/es de Ciências e Biologia aparecem como principais responsáveis pelas ações no ambiente escolar.

Em síntese, a história da Educação Sexual apresentou avanços e recuos, em muitos casos decorrentes das condições políticas de cada época. Ampliar os espaços de discussão da Educação Sexual na Educação Básica é uma necessidade, incluindo a abordagem no ensino de Química.

### Terminologias e concepções

A área de Educação Sexual, assim como outras, possui diversas terminologias. Diante desse contexto, optou-se pela utilização da terminologia Educação Sexual. A escolha se deu por vários motivos, expressos e detalhados no trabalho de Figueiró (1996b), compreendendo que a terminologia Educação Sexual é mais abrangente, pode transcender o âmbito reprodutivo e abarcar questões históricas.

No contexto da pesquisa, Figueiró (1996b) depara-se com a confusão entre os conceitos adotados, assim como a diversidade de termos, como, por exemplo: orientação sexual, informação sexual e instrução sexual. Assim, algumas dessas terminologias podem causar certa confusão. Um exemplo clássico de ambiguidade é dado por Werebe (1998) na utilização do termo orientação sexual, que pode se confundir com a atração afetivo-sexual de uma pessoa pela outra, como a homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Além do mais, os termos orientação, instrução e informação abarcam a ideia de uma pessoa passiva no processo de ensino e aprendizagem (Figueiró, 1996b; Furlanetto *et al.*, 2018).

A concepção de Educação Sexual neste trabalho está em concordância com os dois tipos discutidos por Werebe (1998), que se refere à Educação Sexual formal/intencional e à informal. A pesquisadora compreende a Educação Sexual informal como “[...] todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade” (Werebe, 1998, p. 139). Assim, compreende-se que a Educação Sexual informal pode ocorrer sem planejamento, como no cotidiano da escola ou até mesmo da sala de aula.

A mesma autora descreve a Educação Sexual formal como “[...] as intervenções deliberadas, sistemáticas, em geral regulares e planejadas, relativas ao domínio da vida sexual. Estas intervenções podem-se destinar às crianças, adolescentes e adultos e se realizarem dentro e fora do âmbito escolar”

(Werebe, 1998, p. 155). Desse modo, em uma aula planejada que abordasse a temática, poderia ocorrer a Educação Sexual formal.

Nessa perspectiva, o trabalho envolvendo a Educação Sexual relaciona em muitos casos a sexualidade, sexo e gênero. As reflexões de Figueiró (2018) são pertinentes:

*Sexo diz respeito à relação sexual, enquanto que sexualidade abrange o sexo, porém, também: a comunicação, o afeto, o toque ou carícia, o amor e as regras sociais e culturais criadas em torno do comportamento sexual, que variam de cultura para cultura e que são passíveis de mudança. Faz parte, ainda, da sexualidade, o gênero, a identidade sexual, a identidade de gênero e a orientação sexual (Figueiró, 2018, p. 22).*

Louro (2008) afirma que gênero e sexualidade também são passíveis de mudanças. Dessa forma, “[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (Louro, 2008, p. 18).

As terminologias e concepções da Educação Sexual são diversas. Neste trabalho compreende-se como pertinente uma Educação Sexual preocupada com estudantes ativos no processo de aprendizagem, alinhadas/os às discussões históricas ligadas à sexualidade e às relações de gênero.

### Documentos orientadores da Educação Básica

O suporte de políticas públicas no contexto educacional e mais especificamente em ações que abarquem a Educação Sexual são essenciais para o trabalho do corpo docente. Segundo Figueiró (2010), o auxílio de políticas públicas que valorizem o trabalho da Educação Sexual é fundamental, mas a mudança de cargos de poder e liderança pode mudar os rumos dos trabalhos com essa temática.

Como a componente curricular Química é constituída no Ensino Médio, escolheu-se abordar alguns documentos focados no Ensino Médio e documentos gerais da Educação Básica, que são: Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (PCN), Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM), Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM), Plano Nacional de Educação (PNE) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os PCN, diferentemente de outros documentos, trata-se de uma proposta aberta. Assim, a escola pode ou não utilizá-los no Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Médio (Altmann, 2001; Figueiró, 2002). Segundo Figueiró (2002), os PCN e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) são documentos criados em contextos de políticas neoliberais, ou seja, a escola atua como uma empresa apresentando características

como competitividade e prepara as/os estudantes para o mercado de trabalho.

Diversos conteúdos estão presentes nos PCN, em oito áreas de conhecimento. Além disso, possuem sete temas transversais, sendo um deles orientação sexual (Brasil, 1998). Dentre as contribuições que o documento cita com o desenvolvimento do tema transversal é a “vivência de sua sexualidade atual e futura” (Brasil, 1998, p. 79).

O trabalho realizado por Altmann (2001) abarca a compreensão sobre a sexualidade presente no documento, caracterizando-a como ligada a aspectos biológicos, ou seja, atrelada a funções hormonais. Já Lira e Jofili (2010) abordam as concepções de professoras/es formadas/os em Ciências e Biologia acerca desse tema transversal. De modo geral, as/os participantes da pesquisa demonstraram interesse, mas alegaram despreparo devido a falta de discussões na formação inicial e continuada.

Para os documentos orientadores do Ensino Médio, realizou-se uma busca com as palavras-chave: educação sexual, gênero, sexualidade e orientação sexual, que foram escolhidas por sua constante presença nos trabalhos da área. Percebe-se que nos PCNEM não se encontram resultados (Brasil, 1999). Nos PCNEM+ a palavra sexualidade aparece ligada ao Ensino de Biologia (Brasil, 2002). A sexualidade aparece de modo introdutório e posteriormente no quadro de elaboração de comunicações. É considerado como um tema argumentativo relevante e relacionado a discussões de Ciência e Tecnologia, conforme quadro expresso no documento.

Por último, nas OCNEM a palavra sexualidade também se encontra relacionada ao Ensino de Biologia (Brasil, 2006). Nesse documento, a sexualidade está presente em uma lista de exemplos, como: corpo, saúde, adolescência, ou seja, não há profundidade no trato da temática. Ressalta-se ainda que não foram encontrados resultados para a componente curricular Química.

No PNE 2001 (Brasil, 2001) aparece menção a gênero e educação sexual, que no PNE de 2014 é suprimida. Expressões como orientação sexual e diversidade sexual também não aparecem. Quando o PNE se refere à temática, o faz em uma abordagem genérica, deixando lacunas para o contexto educacional, como segue: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (Brasil, 2014, p. 43, grifo nosso).

Em setembro de 2015, a primeira versão da BNCC apresenta menção à sexualidade, na unidade Conhecimento e Vida: Constituição e Reprodução. Alguns trabalhos (Lima *et al.*, 2019; Patti *et al.*, 2019) evidenciam a ausência de menção a gênero e identidade de gênero. Quando aparece, é de forma genérica: “sem preconceitos de qualquer natureza”. A generalização presente na BNCC pode contribuir para o silenciamento de estudantes que fujam das normas heteronormativas, como argumentam Silva *et al.* (2019).

A abordagem presente na BNCC é destacada por Silva *et al.* (2019) como uma concepção biológica, não muito distante

do enfoque dos PCN, trazendo reflexões sobre a ausência de avanço no decorrer desses anos. Segundo Lima *et al.* (2019), para avançar o debate dessa temática os currículos dos cursos superiores de licenciatura devem conter a temática sexualidade. Apesar das/os autoras/es não entrarem em detalhes sobre a inserção da sexualidade nos cursos, acredita-se na relevância da temática perpassar os cursos de todas as licenciaturas.

Segundo reflexões de Nogueira *et al.* (2021), a construção de documentos no contexto brasileiro avançou com os PCN ao mesmo tempo que recuou com a retirada de termos do PNE. Esse contexto de retrocesso está relacionado a grupos conservadores que não desejam que esses debates estejam no ambiente escolar, distorcendo inclusive informações acerca de sua pertinência.

Com a breve apresentação dos documentos, sinaliza-se a necessidade de os documentos educacionais expressarem a importância da temática para que o corpo docente possa avançar nos debates e reflexões de processos de ensino e aprendizagem, de modo a contemplar o Ensino de Química.

Defende-se a importância de trabalhos que busquem pensar em possibilidades de discussão sobre a Educação Sexual nas aulas de Química na Educação Básica, bem como pensar em ações voltadas para a sala de aula, elemento reforçado na apreensão dos dados via entrevistas e via questionários apresentados a seguir.

### Caminhos metodológicos

Com base em seu desenvolvimento e características, a pesquisa apresentada possui caráter qualitativo. Segundo John W. Creswell (2010), uma pesquisa qualitativa é “[...] uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes [...]” (p. 211). Ao longo dessa pesquisa, o olhar para a coleta de dados e sua interpretação foi fundamental para a construção de reflexões e novas ideias. Nesse sentido, uma das características de uma pesquisa qualitativa se encontra no aspecto interpretativo: “[...] pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem [...]” (p. 209).

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e o questionário. Considerou-se pertinente a escolha por entrevista com um grupo de docentes por concordar que “ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder [...]” (Gil, 2002, p. 115).

A entrevista semiestruturada foi realizada com um grupo de 6 docentes de Química do Ensino Médio em uma escola pública da região da Grande Florianópolis, em um horário no qual esse grupo tinha sua reunião pedagógica coletiva semanal. Nesse grupo, todas/os docentes tinham formação em Química. O tempo de serviço do corpo docente era de 7 a 20 anos. A carga horária naquele momento variou de 32 horas semanais até 48 horas semanais.

A escolha desse grupo de docentes que atuavam na mesma escola (e também em outras) ocorreu pela facilidade em encontrar professoras/es de Química em um mesmo horário, pois realizar entrevistas individuais tomaria um tempo escasso na rotina dessas/es professoras/es que trabalhavam na ocasião da entrevista em mais de uma escola.

A entrevista coletiva apresentou um roteiro semiestruturado com questionamentos que visavam apreender a opinião das/os participantes sobre a temática; como abordar nas aulas de Química; dificuldades para o trabalho sobre a temática. Como a entrevista foi coletiva e com o roteiro semiestruturado, outros aspectos emergiram nas falas para além dos perguntados. A entrevista coletiva propiciou o diálogo entre as/os investigadas/os sobre o assunto.

Durante a entrevista semiestruturada coletiva, foi questionada a importância de ouvir estudantes sobre suas percepções sobre Educação Sexual no Ensino de Química. Dessa forma, um questionário foi respondido por 15 estudantes, maiores de 18 anos e que estavam em preparação para ingresso no Ensino Superior. As/os estudantes e professoras/es não eram da mesma instituição. Portanto, a apreensão dos dados foi de dois grupos, a saber: docentes via entrevista coletiva e discentes via questionários.

Entende-se o questionário como “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (Gil, 2002, p. 114). Nesse sentido, as/os estudantes receberam um questionário impresso que foi construído de forma a não induzir respostas. O objetivo era compreender as experiências do corpo discente na Educação Básica acerca da Educação Sexual e quais possibilidades para o Ensino de Química nessa temática.

O questionário produzido para os estudantes gerou respostas mais sintéticas. As perguntas foram direcionadas para compreender em geral se consideram importante o trato da temática e as razões para essa opinião; como foram as experiências nas aulas que exploraram a temática e como poderiam ser.

Para garantir o anonimato e solicitar informações sobre a pesquisa, o grupo de docentes e as/os estudantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar dessa pesquisa. Por essa razão, não são dados maiores detalhes das instituições às quais as/os investigadas/os pertenciam no momento da obtenção dos dados. Como a etapa de coleta de dados desse trabalho ocorreu em um contexto anterior à pandemia de covid-19, o contato com o corpo discente e docente ocorreu de forma presencial.

Com a realização da entrevista coletiva e do questionário, montou-se um documento com esses dados. A partir disso, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD) como procedimento de análise de dados. A ATD é uma proposta de análise qualitativa que abarca informações textuais e discursivas proposta por Moraes e Galiuzzi (2007), e que consiste de três etapas: unitarização, categorização e comunicação. Na unitarização, separam-se os trechos que são pertinentes aos objetivos da pesquisa. Na categorização, os fragmentos importantes para a

pesquisa são agrupados por semelhanças semânticas, de modo que emergem as categorias. Por último, na comunicação são produzidos metatextos de forma a construir um diálogo entre a literatura e os dados (Moraes e Galiuzzi, 2007). Na comunicação espera-se que o metatexto seja: “[...] expressão por meio da linguagem das principais ideias emergentes das análises e apresentação dos argumentos construídos pelo pesquisador em sua investigação, capaz de comunicar a outros novas compreensões atingidas” (Moraes e Galiuzzi, 2007, p. 94). Nesse sentido, a discussão pode se desdobrar para além do apresentado nos fragmentos de análise.

Cabe destacar ainda que na ATD não há a propriedade de exclusão mútua, portanto uma mesma unidade de significado pode pertencer a mais de uma categoria, e em cada uma serem analisados elementos distintos (Moraes e Galiuzzi, 2007).

Assim, nessa pesquisa foram construídas três categorias a partir da entrevista coletiva e do questionário: Educação Sexual (in)visível nas vozes de docentes e discentes; obstáculos na abordagem da Educação Sexual no Ensino de Química na Educação Básica; e a Educação Sexual à luz de diferentes olhares e perspectivas para o Ensino de Química. A primeira categoria reforça o quão difícil é tratar a Educação Sexual em processos educativos formais, mesmo estando presente de maneira informal. Explicita a ausência e carência de discussões sobre a temática na Educação Básica. O título com o termo (in) visível busca trazer a dualidade de estar presente e ao mesmo tempo ausente. A segunda categoria trata dos obstáculos e das dificuldades de materializar no ensino de Química abordagens que tragam a Educação Sexual. Por fim, a terceira categoria discute a Educação Sexual a partir de outras áreas do conhecimento e possibilidades que podem ser inseridas nas aulas de Química.

Para a melhor compreensão dos resultados, a letra **D** seguida de números, como por exemplo “D.1”, significa que é uma fala de uma/um docente identificado por seu respectivo número. Para as/os estudantes utilizou-se a letra **E** e seus respectivos números, como em “E.1”. Os fragmentos foram colocados em itálico e com recuo para destacar as falas e separá-las do restante do corpo do texto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Educação Sexual (in)visível nas vozes de docentes e discentes

Um dos destaques feitos pelas/os entrevistadas/os refere-se às dificuldades em discutir a Educação Sexual em processos educativos formais:

*Então, para trabalhar educação sexual é um tabu, é complicado, sabe... pra trabalhar educação sexual [...] (D.1).*

*[...] é como se fosse um tabu falar sobre isso na escola (E.11).*

*De uma forma bem vaga, as pessoas parecem que evitam falar sobre, mesmo sendo um assunto de extrema importância (E.9).*

*Não tive muitas aulas sobre o assunto, acho que botam uma carga negativa sobre um assunto tão importante (E.10).*

Os fragmentos de D.1 e E.11 caracterizam a Educação Sexual como tabu. Os demais fragmentos, embora não utilizem a mesma expressão, parecem convergir para a ideia de tabu. De acordo com o dicionário, algumas definições de tabu são: “Instituição religiosa que, atribuindo caráter sagrado a um objeto ou a um ser, proíbe qualquer contato com eles e até mesmo referência a eles. Ação, objeto, pessoa e/ou lugar proibidos por uma lei ou cultura. Proibição que leva alguém a não fazer alguma coisa por medo de castigo divino ou sobrenatural<sup>13</sup>”.

Percebe-se que, dentre as definições da palavra *tabu*, há uma menção à dimensão religiosa e, conseqüentemente, a aspectos centrados no não questionamento, proibição e controle. É notório que as religiões, ao longo da história, buscaram intervir na sexualidade da sociedade – algumas religiões mais do que outras. Portanto, os resquícios dessa formação religiosa podem se perpetuar mesmo entre pessoas não religiosas. Não é intenção deste trabalho analisar a religiosidade das/os investigadas/os, aspecto que também não foi mencionado na entrevista nem nos questionários. Mas sabe-se das possíveis influências, por isso advogamos que os processos educacionais em diferentes níveis possam contribuir para problematizar o dogmatismo vinculado à Educação Sexual e que a Química também possa ser um espaço de discussão e busca de problematização de tabus estruturados na sociedade.

Cabe destacar que o tabu mencionado pelas/os investigadas/os parece ser o da sociedade de modo geral, mas também não se pode negar que as/os próprias/os docentes também possam ter tabus. Figueiró (2014) discorre sobre os diversos momentos em que a/o docente não consegue ensinar sobre sexualidade, pois carrega consigo seus tabus, inseguranças, que provêm de sua própria Educação Sexual. Nesse sentido, o processo de autorreflexão se mostra pertinente ao trabalhar com a Educação Sexual:

*Sempre que tratamos da Educação Sexual é necessário considerar a importância de um processo de reeducação sexual, tanto para os educandos, quanto para os próprios adultos responsáveis pelo trabalho de educar. Trata-se, principalmente, da oportunidade de poder repensar os tabus, os mitos e os preconceitos que carregamos (Figueiró, 2018, p. 262).*

Quando se reflete sobre a Educação Sexual no espaço escolar e, mais especificamente, na sala de aula, o corpo docente aponta o aparecimento de questões relacionadas à temática:

*Mas, claro que sempre em sala de aula sempre tem aquelas questões levantadas né, por algum um aluno ou alguma aluna, e a gente sempre né, tem que aí tem que tocar em determinados assuntos, mas não dentro de um planejamento assim [...] (D.2).*

*É só quando eles te abordam pra falar alguma coisa específica (D.5).*

Nos fragmentos das falas de D.2 e de D.5 está explícito como a temática aparece nas aulas de Química de maneira informal, ou seja, fora do planejamento da aula como uma demanda discente. Sabe-se da importância de aproveitar os momentos em que a Educação Sexual informal se faz presente para trabalhar a temática.

Em outro momento, quando o corpo docente e discente são questionados sobre a presença da Educação Sexual no ambiente escolar, aparecem os seguintes fragmentos:

*No ensino médio não apareceu (D.3).*

*É, eu não lembro (D.2).*

*Só fundamental mesmo (D.1).*

*Em muitas escolas, nem presente ela está (E.1).*

*Para mim está pouco presente pois não é falado na escola (E.2)*

Os fragmentos das falas de D.3, D.2 e D.1 refletem a dificuldade do corpo docente em reconhecer a presença da Educação Sexual no contexto escolar de maneira informal. Nota-se que, no fragmento anterior, D.2 apontou que a temática aparece na sala de aula como uma demanda discente, sem planejamento prévio. Da mesma forma, o corpo discente relaciona a ausência da Educação Sexual nas escolas.

Na escola, de modo geral, a Educação Sexual se faz presente em diversos momentos. Seja na relação entre as pessoas, nas brincadeiras, nos livros didáticos, nos conteúdos das disciplinas. Mesmo sem falar diretamente sobre a temática, a escola, e aqui mais especificamente o Ensino de Química, está educando sexualmente. Todas/os tiveram uma Educação Sexual, somos influenciadas/os durante todo nosso percurso de vida formando nossas ideias e valores. Ações tanto de cunho verbal quanto não verbal constituem a Educação Sexual informal (Araújo e Colling, 2017; Figueiró, 2013).

Discutir sobre Educação Sexual formal e informal traz elementos para pensarmos o currículo oculto e o currículo oficial. De acordo com Moreira (1999, p. 24), “O currículo constitui um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução, cujo desenho envolve questões técnicas, políticas, éticas e estéticas”. O currículo possui um sentido amplo e não apenas o que se encontra escrito em planos de Ensino, Projetos Políticos Pedagógicos e livros didáticos, por exemplo. O currículo carrega consigo as compreensões do mundo das/os professoras/es. Nessa direção, Moreira e Candau (2007) argumentam:

*Pode-se dizer que no currículo se evidenciam esforços tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao nos lembrarmos dos inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais. Em Conselhos de Classe, algumas dessas visões, lamentavelmente, se refletem em frases como: “vindo de onde vem, ele não podia mesmo dar certo na escola!” (Moreira e Candau, 2007, p. 28).*

Com o intuito de não cristalizar currículos ocultos carregados de preconceitos, ingenuidades e discriminação é que também se espera que a Educação Sexual possa estar mais presente nos currículos oficiais. Para tanto, é preciso aprofundar estudos e reflexões que busquem colocar em xeque visões discriminatórias. Como destaca Paulo Freire:

*Faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Freire, 1996, p. 36).*

Na discussão acima evidenciou-se a dificuldade do corpo discente e docente em reconhecer a Educação Sexual informal e também a dificuldade em executar a formal. Contudo, quando as/os professoras/es se recordam de violências que ocorrem no espaço escolar de maneira explícita, lembram-se da presença da Educação Sexual:

*A gente teve um caso na escola de automutilação, por não aceitação da opção sexual (D.6 – grifo nosso).*

Compreende-se neste trabalho que “opção sexual” não é a melhor terminologia. No momento acredita-se que orientação sexual seja a melhor escolha. Outras/os autoras/es também fazem este uso, como, por exemplo, Camilo e Soares (2016), Figueiró (2010), Marin e Oliveira (2019), Werebe (1998).

Questões envolvendo a diversidade de orientações sexuais pode ser um espaço para o Ensino de Química trabalhar a Educação Sexual formalmente e informalmente. No fragmento da fala de D.6, cabe pensar sobre essa sociedade que marginaliza aquelas/es que não se enquadram na heterossexualidade.

No que diz respeito a trabalhar a temática como foco de discussão nas aulas de Química do Ensino Médio, foi mencionado que ainda não ocorreu:

*É, o que eu penso assim é que assim trabalhar como planejamento de aula desse assunto, não surgiu oportunidade ainda pra mim (D.2).*

Para a inserção da temática no Ensino de Química, acredita-se na importância da/o docente demonstrar abertura, mas também se reconhece a dificuldade devido às lacunas formativas e materiais didáticos que tratam do assunto. Na pesquisa realizada por Marin (2019), o corpo docente demonstra abertura para trabalhar com a temática de sexualidade, gênero e orientação sexual. Nesse trabalho, 19 professoras/es de Química em formação inicial na Universidade Federal do Acre responderam a um questionário com informações sobre a temática, e a maioria concordou sobre a sua pertinência. Cumpre notar que reconhecer a pertinência não significa que as/os docentes trabalharão o assunto em suas aulas, mas o reconhecimento é um importante passo para pensar em possibilidades futuras.

A temática da Educação Sexual exige estudos sistemáticos para não cair em visões reducionistas da temática, como apontado por uma/um das/os estudantes:

*Deveria ser um assunto tratado com naturalidade ensinando as crianças a terem maior conhecimento do seu corpo e assim se proteger (E.3, grifo nosso).*

Na percepção de E.3, parece existir um entendimento reducionista. Sabe-se que questões de proteção e prevenção são exemplos para se trabalhar com a Educação Sexual. A centralidade na dimensão da proteção ao tratar da temática da Educação Sexual pode estar alicerçada no que comumente vem sendo abordado nos espaços educativos. Porém, outros aspectos também são importantes, como a questão social e cultural. Discutir, por exemplo, relações de gênero, resgate do erótico, do prazer, também são fundamentais.

Para além das temáticas citadas, fazer acontecer essa discussão no ambiente escolar é essencial:

*[...] minha mãe era cheia dos tabus e então ela conversava as coisas comigo bem por cima, então lá [na escola] eu acabava aprendendo o que eu precisava (D.3).*

A experiência apresentada por D.3 representa como o espaço escolar é fundamental nas discussões sobre a Educação Sexual. Mesmo que o ambiente familiar realize tais discussões, ainda assim a escola possui sua importância pelas teorias, metodologias e opiniões diferentes das/os discentes ao abordar essa temática. Em resumo, o fragmento da fala de D.3 é emblemático ao enfatizar o papel formativo da escola que, em boa parte das vezes, se torna o único espaço para discussão de temáticas desse tipo. Deve-se abordar tanto a parte formativa quanto a informativa da Educação Sexual, como defende Figueiró (2014).

Em linhas gerais, a categoria explicitou a carência de discussões formais sobre Educação Sexual e o pouco reconhecimento em perceber Educação Sexual informal presente no ambiente escolar de modo geral, e mais especificamente na sala de aula.

### Obstáculos na abordagem da Educação Sexual no Ensino de Química na Educação Básica

Dentre as sensações que o corpo docente menciona ao pensar na realização da temática na sala de aula aparecem, por exemplo, aspectos ligados a insegurança:

*E eu vejo assim que eu me sinto despreparada para tá trabalhando realmente, os termos, que nem ela falou [...] Realmente o que eu te falei, eu não me sinto preparada, porque realmente não é abordado na graduação (D.3).*

O exercício da docência exige um estudo contínuo, como destaca Paulo Freire no conjunto de suas obras, uma formação permanente de professoras/es. O não se sentir preparada/o, conforme destaca D.3 porque não foi um assunto estudado na formação inicial, coloca mais uma vez a necessidade de pensarmos os currículos dos cursos de licenciatura. É igualmente preciso considerar o pujante papel das políticas públicas educacionais que de fato tracem planejamentos de formação continuada de professoras/es sistematicamente em diferentes assuntos, bem como materiais didáticos contextualizados para auxílio na elaboração das aulas.

Além da escassez de discussões nos cursos, encontram-se na literatura poucos trabalhos abordando a Educação Sexual. Em levantamento realizado entre os artigos publicados na revista *Química Nova na Escola* (QNEsc), por exemplo, de 1995 até 2021 apenas 7 trabalhos relacionados à Educação Sexual foram encontrados. A fala de D.3 aponta especificamente para a ausência de discussões na formação inicial de professoras/es de Química, o que interfere em sua atuação. No entanto, as formações continuadas também parecem não contemplar o assunto, assim como os poucos artigos relacionados à temática no Ensino de Química, de modo a dificultar ainda mais o contato com a temática pelas/os docentes.

Outro elemento que emergiu na fala das/os docentes foi a questão do abuso:

*A questão assim que tu vai tá trabalhando um tema que uma criança pode ter sofrido um abuso, e a gente não, assim eu não sei lidar com essa situação (D.3).*

*Uma menina veio reclamar de abuso, foi até ano passado, foi encaminhado, foi tirado do pai. Enfim, era o próprio pai (D.4).*

Em uma situação de abuso relatada no ambiente escolar,

não se espera que a/o docente resolva essa questão de maneira individual. Nesse sentido, o fragmento de D.3 parece colocar o tratamento do abuso em um âmbito pessoal, em vez de colocá-lo no coletivo. Acredita-se que a interlocução de vários setores da escola, assim como outros setores da sociedade, assistência social, prefeituras, dentre outros, são fundamentais para auxiliar no tratamento da temática.

De acordo com Werebe (1998), a violência sexual pode ser praticada contra crianças e adolescentes em diversos locais, como no próprio lar, por pessoas próximas, parentes, pais, avós, tios, irmãos. Em outro estudo, realizado por Martelli (2013), reflete-se sobre o papel da escola e seus profissionais frente a um caso de abuso. A escola possui um papel importante em enfrentar e lidar com a violência sexual para além da denúncia, mas igualmente em incentivar ações para que a Educação Sexual possa ser discutida de maneira objetiva, levando conhecimento para crianças e adolescentes, família, equipe escolar e outros.

O fragmento expresso por D.4 demonstra de maneira direta situações que podem ser relatadas na escola pelo corpo docente. O trecho causa impacto e reforça a relevância de discussões dessa magnitude através da Educação Sexual formal e informal. Segundo Figueiró (2013), determinadas temáticas exigem conhecimentos e habilidades de professoras/es de forma que o corpo docente consiga aproveitar as diversas oportunidades para ensinar.

A carência dessas discussões na formação de professoras/es de Química cria impasses para o trabalho com temáticas desse âmbito. Acredita-se na importância de incluir discussões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade na formação inicial de professoras/es de Química, ao encontro de Camilo e Soares (2016). Além disso, Figueiró (2014) defende a inserção dessa temática na formação inicial de cursos de licenciatura de modo geral.

A literatura e a entrevista realizada reforçam a ausência de discussões objetivas na formação de professoras/es de Química que acabam refletindo nos obstáculos no trato da temática na Educação Básica. Tal aspecto evidencia a articulação entre a formação inicial e o efetivo trabalho nas escolas. As/os estudantes também conseguem observar determinados aspectos na sala de aula ao serem questionadas/os sobre como é abordada a temática:

*Sinceramente, eu não vejo muito a presença dessa parte dos educadores e acho que causa grandes consequências pois a educação é essencial pra qualquer assunto (E.13).*

*[...] é muito pouco citada por professores em aulas e não tem espaços nas grades, matérias (E.14).*

*Mas se tu for ver na Química educação Sexual é uma coisa assim, que tu vai trabalhar como? entendeu? [...] É, como que tu vai abordar na Química? A abordagem, a educação sexual. Ah, tipo, qual é o conteúdo que eu vou trazer, né.. [...]*

*não é qualquer coisa que eu vou tá linkando, sabe. É bem complicado (D.1).*

Os fragmentos das falas de estudantes acima evidenciam a escassez de abordagens que inserem a Educação Sexual na sala de aula de forma objetiva. Em um primeiro momento, parece que não ocorre uma Educação Sexual. Mesmo que não ocorra um trabalho envolvendo a Educação Sexual de forma sistematizada na escola, sabe-se que as instituições educacionais educam sexualmente através de suas estruturas e organização, ou seja, a Educação Sexual não ocorre apenas com as atividades planejadas (Figueiró, 2018). O fragmento das falas de D.1 evidencia sua dificuldade em trabalhar a temática no Ensino de Química e reforça a fala das/os estudantes. Segundo a literatura consultada, na formação de professoras/es de Química há poucas discussões relacionadas a identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade (Camilo e Soares, 2016; Marin, 2019).

A inserção da Educação Sexual no meio escolar desperta diversos questionamentos. Nesse sentido, os fragmentos seguintes alertam:

*É, o problema que eu vejo aqui que a gente tá separado, né, por departamentos (D.2).*

*[...] educação sexual deveria ser abordada por várias disciplinas (E.6).*

Tanto D.2 como E.6 trazem indagações que colocam a interdisciplinaridade como uma possibilidade para a incorporação da Educação Sexual no Ensino de Química. Utilizando-se do estudo de Delizoicov e Zanetic (2002), compreende-se que, ao trabalhar com a interdisciplinaridade, as diferentes áreas de conhecimento poderão colaborar na compreensão de uma problemática. Nesse sentido, o trabalho interdisciplinar, como propõem os autores supracitados, vai na contramão de um “professor polivalente”, pois cada área poderá contribuir em discussões e aprofundamentos dentro de seus conhecimentos específicos. Assim, ao trabalhar em conjunto, teremos um olhar multifacetado, em que diversos profissionais ampliam a visão sobre determinada temática. Advogamos que a temática da Educação Sexual possa ser trabalhada em uma perspectiva interdisciplinar como a salientada por Delizoicov e Zanetic (2002).

A falta de materiais como artigos e livros didáticos para auxiliar na abordagem da temática é latente e reconhecida pelo corpo docente, conforme se observa nos fragmentos a seguir:

*[...] E eu também não conheço nenhum material disso pro ensino de química (D.5).*

*[...] mas assim voltado pra química quase não tem, tem algum trabalho que você tira um pouquinho de educação sexual voltado pra química como eu fiz (D.3).*

A busca por materiais que englobam a temática demonstra aspectos levantados por D.5 e D3. Na QNEsc e no Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ) foram encontrados poucos trabalhos que poderiam auxiliar docentes na sala de aula. Os trabalhos que tinham caráter de intervenção didática tinham foco em questões informativas, com pouca abrangência social. Figueiró (2014) defende a inserção de questões amplas para o trabalho com a sexualidade, como: sexo, sentimentos, valores, atitudes e normas socioculturais. Ou seja, materiais como artigos, trabalhos em eventos ou livros didáticos, por exemplo, que explicitem formas de abordar a temática nas aulas de Química da Educação Básica podem ser uma possibilidade de levar as/os docentes a pensar em formas de explorar a temática em suas aulas. Vale a ressalva de que a ampliação das publicações não significa reverberar abordagens contextualizadas sobre a Educação Sexual automaticamente na Educação Básica, mas pode ser um caminho para os que desejam fazê-lo, mas se deparam com obstáculos.

Entende-se que a Educação em si não é neutra e pode transformar de forma política e econômica aquelas/es consideradas/os à margem:

*[...] meu papel no mundo não é só o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar (Freire, 1996, p. 77).*

As mudanças para trabalhar com a Educação Sexual no Ensino de Química podem ser promovidas por políticas públicas progressistas, ou seja, que compreendam como fundamental a inserção da temática no ambiente escolar, atentando para sua historicidade e com intenção de transformação social de padrões arraigados na sociedade. Assim, abrem-se possibilidades para a formação inicial e continuada de professoras/es e a necessidade de materiais e pesquisas na área.

### **A Educação Sexual à luz de diferentes olhares e perspectivas para o Ensino de Química**

Quando o corpo docente é questionado acerca de suas recordações da Educação Sexual nas disciplinas, nas falas aparecem as aulas de Biologia:

*Bom, na escola o básico em aulas de biologia (E.3).*

*[...] mas é mais na área da biologia, né [...] (D.1).*

Cumprir notar que há um motivo advindo do próprio currículo oficial para que costumeiramente seja abordada a Educação Sexual no Ensino de Biologia. Isso ocorre pela presença no

Ensino Fundamental, mais especificamente na disciplina de Ciências, do conteúdo de sistemas sexuais no currículo oficial, possibilitando a inserção da Educação Sexual. Soma-se a isso o fato de a Educação Sexual frequentemente aparecer ligada a dimensões biológicas, tendendo a ser mais fortemente abordada pela disciplina de Biologia. D.1 corrobora o exposto, pois ao ser questionado sobre a recordação em disciplinas, sua memória resgata a Educação Básica e não a formação inicial que é a formação mais recente.

*É, na aula de Química eu não vejo alguma possibilidade de linkar em alguma disciplina, sabe, em algum conteúdo [...] Só no ensino fundamental mesmo, ou na área da biologia, sabe (D.1).*

Apesar das recordações nas aulas de Biologia, quando se pretende olhar para o Ensino de Química, o fragmento das falas de D.1 demonstram certa dificuldade. Alguns elementos que podem ser colocados em discussão para pensar nessa dificuldade são: a formação desse corpo docente e a falta de materiais, como já explicitado na categoria anterior.

Ao ampliar a visão para o ambiente escolar como um todo, o grupo entrevistado parece perceber com mais clareza questões relacionadas a Educação Sexual, principalmente quando envolvem violências:

*a gente tem um laboratorista aqui que mudou de nome, o nome dela é [nome da pessoa]<sup>iii</sup>, mas fisicamente ela não mudou nada, então ela tem um bigodão, cabelo azul (D.6).*

*E é isso que eu não entendo (D.4).*

Os fragmentos das falas de D.6 e D.4 acima são sequenciais na entrevista coletiva. Na medida em que D.6 explicita a presença de uma mulher na escola que possui bigode, a/o docente D.4 parece demonstrar que não compreende como uma mulher pode mudar de nome (para nomes considerados de mulheres) e ainda assim possuir um bigode. Esse fragmento carrega consigo possibilidades de reflexões para a componente curricular Química abordar a diversidade de corpos, os processos de modificação corporal com mudanças fenotípicas e não fenotípicas, como os hormônios atuam no organismo na terapia hormonal, por exemplo, e também outros olhares como o do campo do direito com a questão do nome social. A dimensão social que envolve esse processo também merece ser discutida no espaço escolar à luz de diferentes visões, para que se possa ter uma compreensão melhor do assunto.

Olhando para a literatura, temos como exemplo o trabalho de Marin e Oliveira (2019), que aborda uma sequência didática sobre o caso da atleta Tiffany de Abreu na Superliga de Vôlei. Tiffany jogou em competições masculinas até os 29 anos, momento em que iniciou sua transição de gênero. A atleta foi a primeira transsexual que disputou uma partida na Superliga de Vôlei (Marin e Oliveira, 2019). Recordando-se

do fragmento de D.6, a discussão pode abranger mulheres de barba e homens transgêneros que podem engravidar. O caso de Tiffany em específico pode ser tratado tanto por conhecimentos da Biologia quanto da Química no que se refere à performance física de uma atleta transgênero que passou por mudanças hormonais, além das dimensões sociais no mundo do esporte.

Caso a discussão seja pautada na heteronormatividade, nos hormônios e no tratamento hormonal, tem-se o trabalho de Pontes e Simões Neto (2017). O trabalho abrange questões de Química e Bioquímica que podem contribuir para identificação física e ao mesmo tempo discussões críticas sobre a imposição velada que existe em relação ao grau de identificação visual com o gênero da pessoa transgênero, caso explícito no fragmento de D.6.

Além disso, tem-se possibilidade de abordar essa temática através do uso de filmes. Um exemplo é o filme XXY, lançado em 2007. A narrativa se desenvolve a partir de uma jovem intersexual que é definida desde cedo como uma garota e que começa a explorar seu corpo e sexualidade na adolescência. A história tece possibilidades de relacionar diferentes olhares, como o fato de a sociedade considerar de modo geral, e em aspectos legais em especial, apenas dois gêneros, a saber: feminino e masculino, sem considerar questões fisiológicas e sociais de uma pessoa intersexual.

O levantamento realizado para essa pesquisa demonstrou a escassez de trabalhos que relacionassem a componente curricular Química e assuntos que permeiam gênero e sexualidade. É interessante notar que, quando esses trabalhos abordam questões mais amplas, de conteúdo e questões sociais, são pesquisas realizadas por pessoas formadas em Ciências Biológicas, como é o caso de Marin e Oliveira (2019). Acredita-se na importância do Ensino de Química se voltar para essas questões e produzir reflexões acerca da temática.

Na continuidade da entrevista em grupo, o corpo docente revela algumas possibilidades para a atuação do Ensino de Química em diálogo com a Educação Sexual:

*[...] Porque aí teria que ver, seria trabalhar o que? A parte das estruturas? das ligações? (D.2).*

*Geometria molecular. (D.4).*

*[...] da geometria das moléculas lá [...] (D.2).*

*Acidez, basicidade das estruturas vaginais (D.1).*

*Nas funções inorgânicas (D.4)..*

Dentre as possibilidades para o Ensino de Química as/os docentes destacam alguns exemplos: as estruturas, suas ligações, geometria molecular, acidez e basicidade das estruturas vaginais e funções inorgânicas. Além disso, discutem qual momento seria apropriado para abordar a temática de maneira formal:

*O conteúdo ideal seria orgânica no terceiro, mas o período o mais cedo possível no primeiro. O bom*

*seria nos três anos um pouquinho de cada, porque a cabecinha esquece (D.6).*

*O assunto deveria ser abordado com mais regularidade e seriedade, sendo completamente incorporado pelo currículo (E.6).*

Nota-se que há um esforço nas falas supracitadas em pensar possibilidades da Educação Sexual interligada com conceitos da Química. Ainda que sejam incipientes as sinalizações, não se pode negar que o momento da coleta de dados via entrevista coletiva e questionário também constituiu um momento para pensar na temática de modo geral.

Os já citados PCN trazem uma discussão que é pertinente: a continuidade do conteúdo, não apenas a abordagem em determinados momentos. Assim, o fragmento da fala de D.6 parece estar preso a uma dimensão conceitual, sem desmerecer sua importância em se relacionar com aspectos sociais. Nesse sentido, Figueiró (2014) percebe a importância de retomar alguns debates ao trabalhar com professoras/es para abordar questões que permeiam a Educação Sexual. Em concordância com E.6, defende-se que a Educação Sexual esteja ao longo da Educação Básica, retomando debates e problematizações no decorrer das disciplinas, incluindo a de Química.

O trecho abaixo parece trazer uma visão de Educação Sexual pautada em aspectos reprodutivos e métodos contraceptivos:

*Já participei de aulas sobre educação sexual sobre doenças sexualmente transmissíveis, uso de preservativos e métodos contraceptivos (E.5).*

A fala de E.5 destaca uma das possibilidades de abordagem da Educação Sexual. Mesmo que esses aspectos sejam tópicos historicamente abordados na Educação Sexual, reitera-se a importância de se incluir nessas discussões a abordagem da diversidade sexual e de gênero, abuso sexual, a noção de prazer em uma relação sexual e outros assuntos. Tem-se como exemplos os trabalhos de Marin e Oliveira (2019) e Marin *et al.* (2020) como pesquisas preocupadas com essas questões.

O corpo discente, ao propor possibilidades para o diálogo entre o Ensino de Química e a Educação Sexual, demonstra interesse em aspectos que envolvem a perspectiva defendida neste trabalho, uma abordagem de Educação Sexual emancipatória:

*Deveriam ensinar sobre o respeito, sobre não ser uma escolha e que independente da sexualidade, ninguém é melhor que o outro (E.1).*

*[...] identidade de gênero; o que é passar do limite [...] (E.10).*

*[...] incluir as questões de gênero para que já cresçam com o entendimento que o coleguinha pode ser diferente mesmo tendo o mesmo sexo [...] somos*

*diversos que há muitas possibilidades de um ser se mostrar para o mundo. Com direito sobre seu corpo. Ser livre para escolher (E.3).*

De modo geral, os fragmentos acima abordam elementos que incluem a diversidade sexual, relações de gênero, assédio, dentre outros. Isto é, remetem para um olhar que envolve diferentes áreas do conhecimento. Cabe ressaltar o fragmento da fala de E.3, que menciona a diversidade de ser e estar no mundo. Essa reflexão em específico parece abarcar questões relacionadas a feminilidades e masculinidades. Segundo Nascimento (2017), existe um modelo de masculinidade hegemônica, que carrega consigo a noção de um homem forte, corajoso e competitivo. A noção de uma feminilidade hegemônica, por sua vez, carrega noções de sensibilidade e fragilidade. Essas noções não expressam a diversidade de possibilidades para se viver, nem consideram uma noção de feminilidade/masculinidade que não seja hegemônica.

Essa categoria demonstra a necessidade de analisar e discutir a temática da Educação Sexual por diferentes olhares, de modo a não restringi-la a dimensões puramente disciplinares. Ou seja, tanto as/os docentes quanto as/os discentes mencionam limites em suas compreensões respaldadas pelas suas experiências formativas. Percebeu-se um predomínio de olhar para aspectos da área das Ciências Biológicas, mas em geral é salientado o respeito e o entendimento da existência de diferentes corpos, elemento que perpassa todas as áreas. Questões relacionadas a relações de gênero e sexualidade aparecem no ambiente escolar e trazem reflexões sobre seus diálogos com o Ensino de Química.

## Considerações finais

A realização da entrevista coletiva com professoras/es de Química e do questionário com estudantes trouxe reflexões pertinentes ao ouvir as vozes daquelas/es que fazem parte do ambiente escolar. Os dados coletados demonstram a dificuldade em compreender a Educação Sexual presente na escola de maneira informal, ao mesmo tempo que existe uma facilidade em compreender a temática de maneira formal, ou seja, quando compõe o currículo oficial.

Além disso, como já citado em outras pesquisas, na maioria das vezes aquelas/es professoras/es que comumente abordam a Educação Sexual no ambiente escolar são docentes de Ciências e Biologia. Nesse sentido, o grupo de participantes desta pesquisa também trouxe suas recordações ligadas a essas componentes curriculares.

Retornando a nossa questão central, o corpo discente relata exemplos de possibilidades para diálogo entre Educação Sexual e Ensino de Química: o respeito, a identidade de gênero e a diversidade. O corpo docente enxerga na componente curricular Química e seus conceitos o diálogo a partir de estruturas, ligações, geometria molecular, acidez e basicidade das estruturas

vaginais e funções inorgânicas. De forma implícita, aparecem as relações de gênero e violências no espaço escolar.

Dentre os limites sinalizados destaca-se a carência de materiais de subsídio para estudos e formações específicas para tratar a temática. Nessa direção, fica como desdobramento futuro, a realização de pesquisas que abordem: possibilidades de trabalho da temática da Educação Sexual no Ensino de Química na Educação Básica e nos cursos de formação de professoras/es de Química. A criação de intervenções didáticas na área de Ensino de Química que abordem aspectos fora da cisheteronormatividade, incluindo aspectos da diversidade sexual e de gênero, são horizontes próximos por nós a serem percorridos.

Em síntese, reforça-se a necessidade de investigações que tracem possibilidades de pensar no desenvolvimento da temática da Educação Sexual na Educação Básica e formação de professoras/es no currículo oficial, legitimando a importância da temática nos diferentes níveis de ensino. Tal aspecto ganha força pensando no atual contexto da Educação Básica, tendo a BNCC como o principal documento balizador da organização curricular. A BNCC não aborda a Educação Sexual na área de Ciências da Natureza no Ensino Médio. Tendo em vista que as editoras de livros didáticos organizaram seus materiais à luz do explicitado na BNCC, teme-se que a temática possa ser cada vez mais invisível nos processos educativos formais.

## Notas

<sup>i</sup> A terminologia adotada no artigo original ainda é doença sexualmente transmissível (DST); porém, a nomenclatura utilizada atualmente é IST. A terminologia atual destaca a possibilidade de a pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo se não possuir sinais e sintomas (Brasil, 2016).

<sup>ii</sup> Dados extraídos literalmente de: <https://www.dicio.com.br/tabu/>. Acesso em: 08 fev. 2021

<sup>iii</sup> Para garantir o anonimato, utilizou-se [nome da pessoa] no lugar do nome da laboratorista.

## Referências

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- ARAÚJO, D. B. e COLLING, L. Por uma escola que aprenda com as diferenças. In: MACEDO, E. e RANNIERY, T. (Orgs.) *Currículo, sexualidade e ação docente*. Petrópolis: DP Et Alí, 2017.
- BRASIL. *Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm), acesso em mai. 2021.
- BRASIL. *Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm), acesso em mai. 2021.

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>, acesso em mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>, acesso em mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias*, v. 2. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_02\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf), acesso em mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *O que são IST*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>, acesso em jul. 2021.
- BUENO, R. C. P. e RIBEIRO, P. R. M. História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.
- CAMILO, W. M. e SOARES, M. H. F. B. Intervenção pedagógica: sexualidade e identidade de gênero na formação inicial de professores de Química. In: XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química, 2016, Florianópolis. *Anais...*, 2016. Disponível em: <http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R0819-1.pdf>, acesso em mai. 2021.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. M. Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DELIZOICOV, D. e ZANETIC, J. A proposta de interdisciplinaridade e o seu impacto no ensino municipal de 1º grau. In: DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. e PERNAMBUCO, M. M. C. A. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. *Cadernos de Pesquisa*, n. 98, p. 50-63, 1996a.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: Problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. *Semina: Ciências Sociais/Humanas*, v. 17, n. 3, p. 286-293, 1996b.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Repensando a Educação Sexual enquanto tema transversal. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 11, n. 19, p. 65-82, 2002.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3a. ed. Londrina: Eduel, 2010.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual no dia a dia*. Londrina: Eduel, 2013.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. 2a. ed. Londrina: Eduel, 2014.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV, 2018.

- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. e MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.
- FURLANI, J. *Educação Sexual na Sala de Aula: relações de gênero, orientação sexual, igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, W. S.; OLIVEIRA, L. e DELLA JUSTINA, L. A. A formação de professores e a sexualidade na BNCC. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2019, Natal, RN. *Anais...* Natal: Abrapec, 2019.
- LIRA, A. e JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e as atitudes dos professores: convergentes ou divergentes? *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 22-41, 2010.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, p. 17-23, 2008.
- MARIN, Y. O.; NUNES, P. e CASSIANI, S. A Branquitude e a Cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de Ciências e Biologia: uma proposta decolonial no estágio supervisionado. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Rio de Janeiro, número especial, p. 225- 238, 2020.
- MARIN, Y. A. O. Percepções de professores de química em formação sobre assuntos de gênero e sexualidade e as possibilidades de abordá-los no ensino de química. *Scientia Naturalis*, Rio Branco, v. 1, n. 2, p.130-143, 2019.
- MARIN, Y. A. O. e OLIVEIRA, M. C. D. Problematizando as relações entre Química-Biologia e gênero: possibilidades e desafios na educação de jovens e adultos. *Revista Debates em Ensino de Química*, v. 5, n. 2, p. 19-38, 2019.
- MARTELLI, A. C. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso?. In: III Simpósio Internacional de Educação Sexual, 2013, Maringá. *Anais...* Maringá, 2013. p. 1-16.
- MORAES, R. e GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o currículo a partir da leitura de um livro para crianças. *Química Nova na Escola*, n. 9, p. 23-27, 1999.
- MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- NASCIMENTO, M. Masculinidades e relações de gênero em contextos escolares. In:
- MACEDO, E. e RANNIERY, T. (Org.). *Currículo, sexualidade e ação docente*. Petrópolis: DP Et Alíi, 2017.
- NOGUEIRA, K. S. C.; ORLANDI, R. e CERQUEIRA, B. R. S. Estado da arte: gênero e sexualidade no contexto do ensino de química. *Química Nova na Escola*, v. 43, n. 3, p. 287-297, 2021.
- PATTI, B. A. B.; PINHÃO, F. L. e SILVA, E. C. D. Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2019, Natal. *Anais...* Natal: Abrapec, 2019.
- PONTES, A. C. A. e SIMÕES NETO, J. E. A fada madrinha da passabilidade: hormônios e o ensino de química. In: OLIVEIRA, R. D. V. L. e QUEIROZ, G. R. P. (Org.). *Conteúdos Cordiais: química humanizada para uma escola sem mordça*. São Paulo: Livraria da Física, 2017.
- RIBEIRO, M. e REIS, W. Educação Sexual. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, p. 375-386, 2020.
- SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. P. L. e OLIVEIRA, R. R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des) caracterizações. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, v. 14, n. 2, p. 1538-1555, 2019.
- WEREBE, M. J. G. Implantação da Educação Sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 26, p. 21-27, 1978.
- WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, Política e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.